



## *ANAIS DE RESUMO*

# *PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PIBIC*

**(Org.). Prof. Dr. Claudomilson F Braga**

**Goiânia, Março 2018.**

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

C766a

Convenção de Ensino, Pesquisa e Extensão (9. : 2017 nov. : Goiânia, Goiás)

Anais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, 21 e 22 de novembro de 2017 [recurso eletrônico] / organizado por Claudomilson Fernandes Braga. – Goiânia: Centro Universitário de Goiás Uni-Anhanguera, 2018.

29 p.

Nota: caderno de resumos.

ISBN: 978-85-98756-60-8

1. Iniciação científica. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento . 3. Pesquisa . I. Braga, Claudomilson Fernandes.  
II. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

CDU:001.4

## COMITÉ CIENTÍFICO

Prof. Dr. Clodoaldo Moreira dos Santos Junior

Profa. Dra. Ieda Rubens Costa

Profa. Dra. Denise Cristina Martins dos Santos Nery

Profa. Dra. Maria Emília Carvalho de Araújo Vieira

Profa. Dra. Sara Lane Sousa Gonçalves

Profa. Dra. Luciana Domingues Bittencourt Ferreira

Profa. Dra. Ludmila Stival Cardoso

Profa. Dra. Luciana Casaletti

Prof. Dr. Gabriel Tenaglia Carneiro

Prof. Dr. André Luiz Cardoso da Silva

Profa. Dra. Lucia Gomes Ribeiro

Prof. Dr. Luiz Batista Alves

Profa. Dra. Mayra Regina Saraiva de Abreu

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>6</b>
Impactos da inteligência emocional no desenvolvimento de equipes de alto desempenho: análise de caso em uma instituição de ensino superior em Goiás	<b>8</b>
Os desafios de acesso das minorias aos direitos humanos no Brasil	<b>9</b>
Proteção à maternidade e à infância no ordenamento jurídico brasileiro: uma análise à luz dos direitos humanos	<b>10</b>
Sustentabilidade do transporte público coletivo da região metropolitana de Goiânia	<b>11</b>
Quantidade e valores dos financiamentos liberados pelo Pronaf para o território da cidadania vale do rio vermelho	<b>12</b>
A produção publicitária da paisagem urbana: o caso de Goiânia	<b>13</b>
Os computadores transformando a educação goiana	<b>14</b>
Agricultura familiar no meio acadêmico: um estudo preliminar	<b>15</b>
O fluxo de transporte público e a mobilidade urbana na região metropolitana de Goiânia	<b>16</b>
Inadequação espacial em espaços públicos	<b>17</b>
Desenvolvimento metodológico para compostagem de lixo orgânico doméstico	<b>18</b>
Desenvolvimento de lideranças e a saúde mental no trabalho	<b>20</b>
A inserção no mercado de trabalho goianiense dos alunos egressos dos cursos de graduação tecnológica do centro universitário de goiás – uma questão de cidadania.	<b>21</b>
Soja transgênica e saúde: estudo sobre a toxicidade do herbicida glifosato, sua ação celular e no meio ambiente	<b>22</b>

A segurança biológica do binômio soja transgênica gm <sub>rr</sub> /glifosato	<b>23</b>
Os saberes da cidade: a construção de uma Goiânia plural - O papel da contabilidade para uma cidade sustentável e “viva”: a gentrificação	<b>24</b>
Práticas cidadãs e os saberes da cidade aplicado ao curso de direito: a construção de uma Goiânia plural	<b>25</b>
Responsabilidade social empresarial: Um estudo exploratório das representações sociais de alunos do curso de administração	<b>26</b>
Responsabilidade social e filantropia empresarial: Nomações diferentes para um mesmo conceito?	<b>27</b>
A cidadania digital: pressupostos legais	<b>28</b>
Progressos e desafios da problemática migracional no Brasil	<b>29</b>
Violência contra a mulher indígena: a problemática do efetivo e adequado acesso à justiça	<b>30</b>
O desenvolvimento das associações de bairro da cidade de Goiânia com a inclusão digital da comunidade local	<b>31</b>
Da cobrança internacional de alimentos para crianças à luz do Decreto nº 9.176/17.	<b>32</b>
A restrição social sofrida pela minoria religiosa islâmica no Brasil à luz da dignidade da pessoa humana.	<b>33</b>
Restrição a homens homossexuais na doação de sangue à luz da dignidade da pessoa humana.	<b>34</b>
Retrocesso histórico: a nova face do trabalho escravo	<b>35</b>
Adoção de crianças e adolescentes deficientes e as inovações trazidas pela Lei 13.509/2017: a inclusão e a (in) efetividade da legislação	<b>35</b>

## APRESENTAÇÃO

Prof. MSc. Mayra Caiado Paranhos

*Pró-Reitora de EaD.*

Com muita honra, confesso, aceitei o convite para fazer a apresentação deste caderno de resumos, fruto de um projeto que considero ser um dos maiores desafios de uma universidade, bem como é valioso instrumento de formação dos discentes: a iniciação científica. É sabido que, com a pesquisa, aprendemos a lidar com o desconhecido e, não apenas, nos é possibilitado encontrar novos e diferentes paradigmas, alicerces da inovação e ruptura de velhos conhecimentos. Somente assim, concretiza-se o avanço para o desenvolvimento de uma nação mais consciente e reflexiva. O Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA, sem dúvida, destaca-se nesse sentido.

Quando, há quase 10 anos, a IES criou o CEPEX - Convenção de Ensino, Pesquisa e Extensão -, vislumbrou-se uma opção diferenciada para se pensar a educação - em suas mais variadas vertentes - no ensino superior. Assim, o CEPEX congrega em seu conjunto, desde então, eventos paralelos que tratam não apenas da pesquisa, mas também do ensino e da extensão, em todos os âmbitos da Graduação e Pós-Graduação do Uni-ANHANGUERA. A realização desse tipo de iniciativa abre espaço à produção e à divulgação das pesquisas acadêmicas, por meio da exposição de banners e, posterior, da apresentação dos trabalhos selecionados por uma comissão científica.

Nessa linha de constantes melhorias e buscando sempre aprimorar, sedimenta-se o PIBIC - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica -, que objetiva, de modo geral, desenvolver uma cultura de pesquisa junto aos graduandos, otimizando as obras já existentes, cujos resultados, consolidam-se como prática de aprendizagem.

Dentre as características que validam e potencializam as pesquisas no âmbito da graduação, encontram-se a melhoria da análise crítica, a maturidade intelectual, a proatividade e o discernimento para enfrentar dificuldades e buscar resultados, inicialmente sem solução acadêmica. São essas características que encontramos nos 24 resumos que compõem a presente obra.

As pesquisas perpassam todas as áreas do conhecimento, dialogam efetivamente para o crescimento acadêmico e, ainda, trazem significativas contribuições para a sociedade como um todo. Podemos citar, por exemplo, estudos sobre a inteligência emocional no desenvolvimento de equipes de alto desempenho, ao trazer as contribuições para áreas de conhecimentos específicos e suas nuances.

A interdisciplinaridade é perceptível nos textos do caderno. A proteção à maternidade e à infância ou violência contra a mulher são projetos que permitem um diálogo sociocultural importante com o campo social e as relações de poder.

Sustentabilidade, mobilidade, produção publicitária, lixo orgânico, soja transgênica, migração e cidadania, responsabilidade social e tantas outras abordagens não apenas demonstram a importância da pesquisa, como também a solidifica, evidenciando sua qualidade.

A IES, nessa seara, e em outros de mesmo nível, apontam frutíferos caminhos para que no futuro, encontremos um país mais evoluído, com destacado índice de desenvolvimento humano. Por isso, necessitamos, cada vez mais, de investimentos em ciência e em tecnologia, e como base para alcançar esse objetivo, encontramos uma ferramenta: a pesquisa.

Oxalá, sejam bem-aventurados aqueles que acreditam que a educação é o mais importante meio, para alavancar a Nação!

# IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES DE ALTO DESEMPENHO: ANÁLISE DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR EM GOIÁS.

**BARROS, Lunna Ferreira<sup>1</sup>**  
**MORAIS, Maria Luiza Batista**  
**ARAÚJO, Naiara Oliveira dos Santos**  
**FLEURY, Alessandra Ramos Demito**

<sup>1</sup>Aluna do curso de pedagogia do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.  
E-mail: [lunnafb@gmail.com](mailto:lunnafb@gmail.com);

<sup>2</sup> Aluna do curso de pedagogia do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.  
E-mail: ;

Aluna do curso de pedagogia do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.  
E-mail: [naiaraoliveira1996@ortlook.com](mailto:naiaraoliveira1996@ortlook.com);

Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

O sujeito, ao inserir-se no mundo do trabalho atual, será cobrado pela conciliação de diversas inteligências em seu repertório de competências profissionais, as quais indiquem ao contratante, as possibilidades de sucesso deste trabalhador em seu novo cargo. O quociente intelectual, conhecido como QI, será considerado para o sujeito desenvolver bem suas atividades laborais, porém, apesar de necessário, não poderá garantir o seu sucesso profissional. Isso porque o quociente emocional (QE) é considerado cada vez mais por especialistas e consultores na área como o diferencial no desenvolvimento das equipes de alto desempenho. Essas constituem atualmente, o diferencial competitivo no mundo corporativo, e tem ocupado lugar de destaque nas demandas de desenvolvimento humano nos mais diversos modelos de treinamentos empresariais. O objetivo deste projeto de pesquisa é compreender a relação entre a inteligência emocional e o desenvolvimento de equipes de alto desempenho e como a Andragogia pode auxiliar no aumento do quociente emocional. Para atingi-lo serão analisados os quocientes emocionais de um grupo de trabalho da área administrativa de uma instituição de ensino superior do estado de Goiás e correlacionados com seus resultados enquanto uma equipe de alto desempenho. Parte-se da premissa que a pedagogia empresarial deverá compreender esta relação e propor ações de intervenção que possam contribuir com o desenvolvimento do quociente emocional dos integrantes da equipe, favorecendo o aumento na qualidade das entregas de trabalho do grupo, a partir do entendimento que um maior QE oportunizará a formação de novas e mais fortes relações de trabalho, o que potencializará seus resultados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quociente emocional, pedagogia empresarial, desenvolvimento de equipes.



# OS DESAFIOS DE ACESSO DAS MINORIAS AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

**REZENDE, Fernando Henrique de Oliveira<sup>1</sup>**  
**COSTA, Iêda Rubens<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário de Goiás Uni-Anhanguera, e-mail: fh.contato@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do Curso de Direito do Centro Universitário de Goiás Uni-Anhanguera.

A Organização das Nações Unidas no Brasil (ONUBR) define os direitos humanos, em sua página oficial na internet, como sendo aqueles direitos intrínsecos a todos os seres humanos, independentemente de sua raça ou origem étnica, de sexo, nacionalidade, idioma, ideais religiosos ou qualquer outra circunstância. Tais direitos, tidos como fundamentais, evoluíram no contexto jurídico brasileiro juntamente à evolução das diversas Constituições. Quando analisado no contexto internacional, o ordenamento jurídico do Brasil possui, hodiernamente, um dos mais completos arcabouços normativos garantidores dos direitos humanos. Desse modo, esse tema consolidou-se nos últimos anos como política de Estado, e não apenas de Governo. Todavia, 29 (vinte e nove) anos após a promulgação da atual Constituição, tida por Ulysses Guimarães como a ‘constituição cidadã’, as dificuldades em se dar aplicação prática a esses princípios ainda existem em abundância, o que faz com que, para grande parte da população, principalmente as minorias, tais direitos existam apenas no papel. Segundo o Informe 2016/17 da Anistia Internacional, organização global fundada em 1961 que luta mundialmente em defesa dos direitos humanos, entre os maiores desafios que o Brasil ainda enfrenta nesse âmbito destacam-se a alta taxa de homicídios no país, principalmente de jovens de origem negra; os abusos policiais, tanto institucionais como isolados; o caótico estado do sistema prisional; o preconceito e perseguição aos defensores de direitos humanos; a violência “invisível” sobre a população indígena; a grande violência ainda presente contra as mulheres; ou seja, sobre as muitas minorias componentes da massa populacional brasileira. Ante o exposto, a monografia detalha a evolução histórica dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, bem como as dificuldades de aplicação efetiva dos mesmos após decorrido praticamente três décadas da instauração da Constituição atual, com maior peso sobre a realidade das minorias, que estão sempre em desigualdade de oportunidades de acesso. Para responder os objetivos do trabalho foi feito levantamento bibliográfico da legislação nacional atual e histórica, bem como dos textos internacionais precursores dos direitos humanos hoje reconhecidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos humanos. Minorias. Dificuldades de acesso.

# PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS

**PAULA, Marina Soares de<sup>1</sup>**  
**COSTA, Ieda Rubens<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Aluna do curso de Direito do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. email: [marina28soares@gmail.com](mailto:marina28soares@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora do curso de Direito do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

A Constituição da República Federativa do Brasil destina atenção especial à proteção da maternidade e da infância, o que se coaduna com as normas constantes do sistema de proteção internacional de direitos humanos e orienta a aplicação de leis infraconstitucionais. De fato, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção sobre os Direitos da Criança proclamam direitos da mulher, objetivando o alcance da igualdade material, bem como os direitos da criança, o que necessariamente perpassa pela proteção à maternidade. Neste sentido, as leis vigentes no Brasil, como a legislação trabalhista, o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente refletem essa preocupação, seja garantindo à gestante estabilidade provisória no emprego e licença-maternidade, conferindo o aumento de pena ao feminicídio praticado durante a gravidez e três meses após o parto ou preconizando pelo atendimento pré e perinatal. Com efeito, busca-se preservar a vida e a saúde do recém-nascido, por intermédio da assistência integral à sua genitora, reconhecendo-se, para tanto, a criança como sujeito de direitos fundamentais, a serem zelados e respeitados por toda sociedade, incluindo o Poder Público. Destarte, o presente trabalho parte da pesquisa bibliográfica para a análise das estruturas normativas supracitadas, visando, sobretudo, explicitar como as medidas instituídas contribuem para a efetividade da defesa da maternidade e da infância. A pesquisa revelou que tais medidas são fundamentais, porém sua eficácia encontra entraves decorrentes da própria natureza programática das normas constitucionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestante. Criança. Ordem internacional. Eficácia e aplicabilidade.

## **SUSTENTABILIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**

**SILVA, André Luiz Cardoso<sup>1</sup>**  
**CARNEIRO, Gabriel Tenaglia<sup>1</sup>**  
**CALDEIRA, Lilian Rocha<sup>2</sup>**  
**COSTA, Kelen Cristine Noleto<sup>3</sup>**  
**CORTEZ, Helena Bernardes.**  
**RIBEIRO PEROTTO, Juliano**  
**DUARTE, Jeanny Mariana Penha**  
**FERNANDES, Matheus Rezende**  
**DE CARVALHO, Luciano Guimarães**  
**SOUZA, Pedro Gustavo Aquino Souza**  
**OLIVEIRA, Flauber Lucas R<sup>4</sup>.**

<sup>1</sup> Professor do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

<sup>3</sup> Professora do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

<sup>4</sup> Alunos do curso de Engenharia Civil e Engenharia de Computação do Centro Universitários de Goiás – Uni-ANHANGUERA

O avanço do espaço urbano, demanda da gestão pública, um planejamento constante na instituição de políticas urbanas, na criação de infraestrutura e na oferta de serviços públicos, ante as necessidades e os interesses cotidianos dos cidadãos, visando o bem-estar de todos. No que tange a oferta de serviços públicos, o Brasil, com 84,4% de sua população vivendo em áreas urbanas, o transporte público coletivo é tido como um serviço essencial para a mobilidade urbana das regiões metropolitanas brasileiras. Neste Contexto, recai sobre o usuário regular do transporte público, com particular intensidade, o peso das múltiplas ineficiências do Estado brasileiro. E por meio do entendimento de seus sentimentos e percepções é possível identificar o grau de insatisfação dos cidadãos brasileiros em relação aos serviços públicos, aos governos e à vida nas maiores cidades do Brasil, *locus* privilegiado de observação das transformações – positivas e negativas – ocorridas após uma década de inclusão social e aumento da renda e do consumo. Portanto, este trabalho, tem como objetivo geral analisar a confiabilidade e as políticas implantadas no Transporte Público Coletivo, na Região Metropolitana de Goiânia e verificar sua sustentabilidade, pois abordamos como hipótese, que os corredores exclusivos para o Transporte Público Coletivo, melhoram a Mobilidade Urbana através da fluidez do tráfego e promovem a sustentabilidade desse modal na Região Metropolitana de Goiânia. Ademais, os resultados dessa pesquisa, serão no futuro, base para as políticas públicas focada na sustentabilidade da RMG. Este tipo de análise, torna-se importante para identificar as maiores adversidades da sustentabilidade do Transporte Público Coletivo e assim propor ações que visem a eficiência desse modal na RMG.

**PALAVRA-CHAVE:** Política Pública. Mobilidade Urbana. Planejamento.

# **QUANTIDADE E VALORES DOS FINANCIAMENTOS LIBERADOS PELO PRONAF PARA O TERRITÓRIO DA CIDADANIA VALE DO RIO VERMELHO**

**ALMEIDA, Adriano Lúcio Ferreira de<sup>1</sup>  
FERREIRA, Luciana Domingues Bittencourt<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Aluno do Curso de Agronomia do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA.

<sup>2</sup>Professora do curso de Agronomia do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA

A agricultura familiar deve ser vista como um lugar de oportunidades e de crescimento e como uma opção de vida sustentável. E, que o crédito juntamente a outras políticas públicas tem a função de gerar essas oportunidades, estimular investimentos e melhorias a partir de uma visão empreendedora. Para isso, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, financiando atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários. E, o Programa Territórios da Cidadania pressupõe um desenvolvimento sustentável por meio da utilização das dinâmicas territoriais, impulsionando espaços rurais com características semelhantes, buscando a inclusão dos agricultores para um planejamento conjunto. No estado de Goiás, destaca-se o Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho que é composto por 16 municípios e localizado na região Centro-Oeste do Estado. Este trabalho teve como objetivo analisar os valores dos financiamentos via Pronaf, para produtores desse território. Para isso, utilizou-se os dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, modalidades custeio e investimento. Os dados são referentes aos anos agrícolas 2013/2014, 2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017. Como resultado preliminar verificou-se que no período estudado foram disponibilizados aproximadamente R\$ 276,5 milhões, sendo mais de 92% destinados para a pecuária e 08% para a agricultura. E, a quantidade de projetos financiados para o período avaliado foi de 566 projetos para a agricultura e 9686 projetos destinados à pecuária. E, o ano agrícola 2014/2015 foi o que apresentou a maior quantidade de valores financiados, próximo a R\$ 78 milhões, havendo decréscimos nos anos seguintes. Assim, o Pronaf é tido como a principal fonte de crédito para agricultura familiar no Território da Cidadania Vale do Araguaia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura familiar. Políticas públicas. Crédito rural.

## **A PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA DA PAISAGEM URBANA: O CASO DE GOIÂNIA**

**CABRAL, Tafne Cristina Ferreira<sup>1</sup>**  
**CARDOSO, Ludimila Stival<sup>2</sup>**  
**ARAÚJO, Maria Emilia Carvalho de<sup>3</sup>.**

<sup>1</sup> Aluna do curso Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Uni-ANHANGUERA. <sup>2</sup> Professora do curso de Direito do Centro Universitário Uni-ANHANGUERA.

<sup>3</sup> Professora do curso de Direito do Centro Universitário Uni-ANHANGUERA.

A cidade com ares interioranos tem sua fama embasada na tranquilidade e hospitalidade. Como uma boa fama, deve-se então propaga-la. Este é o objetivo da produção publicitária da paisagem urbana em Goiânia, o estudo da percepção do próprio goianiense, e a propagação da boa fama de cidade receptiva com sua urbanização estruturada tanto para acolher os que nela moram, quanto para os que por ela passam.

Explorando a diversidade de meios, a publicidade deve entender a mensagem que lhe compõe e espalhá-la com a eficácia. Goiânia estrutura-se em diversos públicos que se diferenciam em seus grupos de interesse e conseqüentemente na linguagem do conteúdo consumido. Entendendo a pluralidade do contexto goianiense, a publicidade objetiva através dos meios escolhidos, atingir a todos os que nela moram em suas respectivas linguagens, em sua própria perspectiva sobre a cidade.

Antes de se divulgar a fama da cidade, é necessário entender qual a visão de quem a compõe, seus moradores devem dizer quais aspectos destacam a cidade. Assim, com a compreensão dos saberes locais, conseqüentemente sua fama de cidade com ares interioranos se expande aos saberes de quem por ela estão de passagem, ou a observam por fora.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidadania. Goiânia. Publicidade

## OS COMPUTADORES TRANSFORMANDO A EDUCAÇÃO GOIANA

NASCIMENTO, Lunaiery Thaynara da Costa<sup>1</sup>  
CARDOSO, Ludimila Stival<sup>2</sup>  
ARAUJO, Maria Emilia Carvalho de<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Aluna do curso Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Uni-ANHANGUERA.

<sup>2</sup> Professora do curso de Direito do Centro Universitário Uni-ANHANGUERA.

<sup>3</sup> Professora do curso de Direito do Centro Universitário Uni-ANHANGUERA.

Os computadores agora fazem parte dos laboratórios das escolas públicas de Goiânia. Trazendo maior inclusão para os alunos que possuem pouco ou nenhum acesso a essa tecnologia. O uso da tecnologia não está restrito em laboratórios de informática mais se expandiu para dentro da sala de aula onde o professor utiliza *slides* para o melhoramento em relação ao conhecimento e a aprendizagem dos alunos. É importante analisar que os alunos são guiados e ensinados a como usar essa tecnologia como um bem comum e social, capaz de facilitar e diminuir as dificuldades ao conhecimento. A inclusão destes passa a ser a realização de uma cidadania maior e melhor que se levada por eles pode mudar realidades futuras e presentes quanto ao conhecimento tecnológico, expandindo um novo conhecimento capaz de melhorar a realidade de muitos que desejam crescer e aprender. Até onde se sabe esse projeto de inclusão tecnológica nas escolas será algo presente na realidade das escolas públicas, mantida pelo direito à cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tecnologia. Inclusão. Cidadania.

## AGRICULTURA FAMILIAR NO MEIO ACADEMICO: UM ESTUDO PRELIMINAR

SILVA, Giuvan Inácio da<sup>1</sup>  
FERREIRA, Luciana Domingues Bittencourt<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Aluno do Curso de Agronomia do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA

<sup>2</sup>Professora do curso de Agronomia do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA e Orientadora do Projeto PIBIC - Grupo Cidadania, Empreendedorismo e Agricultura Familiar

Agricultura familiar é caracterizada como uma unidade de produção exercida predominantemente pela família rural e apresenta alto grau de diversificação como unidades de produção e de consumo. Nela estão inseridos princípios que, se bem trabalhados, permitem a melhoria da qualidade de vida das populações rurais assim como favorecer aspectos econômicos por meio dos princípios empreendedores. Diante disso, há uma demanda por trabalhos científicos que lhe dê suporte e permita a sua caracterização. Assim, este trabalho teve como objetivo, ainda de maneira preliminar, levantar junto aos principais periódicos científicos da área de Ciências Agrárias, publicados no Brasil, os artigos que abordem temas correlatos a agricultura familiar, procurando mapear a produção acadêmica na área e os veículos utilizados para sua divulgação. Para tanto, utilizou-se o portal *Scielo* e a busca orientou-se pelo emprego da seguinte palavra-chave: Agricultura familiar. A análise dos dados utilizou as ferramentas da estatística descritiva. Como resultados iniciais, foram identificados 23 periódicos e revistas científicas, sendo classificadas pelo Qualis Capes como A2, B1 e B2, correspondendo a 18%, 78% e 4% do total identificado, respectivamente. Dentre o montante dos artigos publicados por essas revistas e listados no portal *Scielo*, constatou-se que a busca encontrou apenas 6% dos artigos utilizando como palavra-chave o termo agricultura familiar. Identificou-se também, que apesar do contingente de publicações, os direcionados ao tema proposto ainda são poucos, destacando com maior quantidade de publicações aquelas publicações com foco em sociologia rural. E, dentre os assuntos abordados dentro do tema alvo, destacou-se: desenvolvimento rural, fortalecimento da reforma agrária, produção de produtos orgânicos e biofertilizantes, acesso a assistência técnica e incentivo a agroecologia. Como é um estudo inicial, outras publicações serão acrescidas a esse trabalho e uma maior descrição dos textos sobre esse tema poderá ser identificada posteriormente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sistemas de produção agrícola. Triagem de periódicos. Literatura acadêmica.

## O FLUXO DE TRANSPORTE PÚBLICO E A MOBILIDADE URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

**SILVA, André Luiz Cardoso<sup>1</sup>**  
**CARNEIRO, Gabriel Tenaglia<sup>1</sup>**  
**CALDEIRA, Lilian Rocha<sup>2</sup>**  
**COSTA, Kelen Cristine Noletto<sup>3</sup>**  
**CORTEZ, Helena Bernardes**  
**RIBEIRO, Damon Rill Batista<sup>4</sup>**  
**PENHA, Núria Thais da<sup>4</sup>**  
**SILVA, Aline José Luiz<sup>4</sup>**  
**NETO, Leonardo Gomes de Lima<sup>4</sup>**  
**NETO, Antônio José Mendes<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Professor do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Goiás –Uni-ANHANGUERA.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

<sup>3</sup> Professora do Curso de Engenharia Civil do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

<sup>4</sup> Alunos do curso de Engenharia Civil do Centro Universitários de Goiás – Uni-ANHANGUERA

O transporte é hoje um dos principais desafios da questão urbana brasileira, concentrando uma série de pontos críticos das grandes cidades do país. As questões da mobilidade urbana, cidadania e meio ambiente são, portanto, desafios centrais para a sociedade brasileira nos próximos anos, tais como a qualidade do serviço transporte público, construção de novas vias e ciclovias, diminuição do impacto ambiental, relação entre Estado e Sociedade Civil, mobilização social, participação pública e as condições de vida nas grandes metrópoles. Neste sentido, a Lei complementar n.º 27, de 30 de dezembro de 1999, criou-se a Região Metropolitana de Goiânia – RMG, autorizando o Poder Executivo a instituir o conselho de desenvolvimento da RMG, a secretaria executiva e a constituir o fundo de desenvolvimento metropolitano. Tendo como base a Lei Federal n.º 13.089/2015, que instituiu no país o “Estatuto da Metrópole” enaltecendo à importância dos Municípios na organização e prestação, direta ou sob regime de concessão ou permissão, o serviço de transporte público coletivo e, a Lei Federal n.º 12.587/2012, que institui diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e regulamenta novos princípios, diretrizes e instrumentos a serem executados pelos Municípios na defesa dos interesses dos usuários dos serviços de transporte público coletivo. Portanto, este trabalho, tem como objetivo geral analisar a confiabilidade e as políticas implantadas no Transporte Público, Coletivo, na Região Metropolitana de Goiânia. Este estudo da fluidez do transporte público-coletivo na RMG, será realizada através de uma análise estatística dos dados fornecidos, pelo *Redemob consórcio*, obtidos com o sistema de informação RMTC. Os resultados obtidos, serão no futuro, comparados com dados “teóricos” obtidos por métodos de hidrodinâmica e/ou computacionais. Este tipo de análise, torna-se importante para identificar as vias com maiores problemas de fluidez e assim propor ações que visem a eficiência desse modal na RMG.

**PALAVRA-CHAVE:** Fluxo de Tráfego. Transporte Público. Hidrodinâmica.



## INADEQUAÇÃO ESPACIAL EM ESPAÇOS PÚBLICOS

**OLIVEIRA, Fernanda Sousa de<sup>1</sup>**  
**CARNEIRO, Lays Mylene Chaves<sup>1</sup>;**  
**PRADO, Rodolfo Junio Ferreira do<sup>1</sup>**  
**PAIXÃO, Talita Cristina Magno da <sup>1</sup>**  
**MACÊDO, Thainá Costa <sup>1</sup>**  
**RIBEIRO, Lúcia Gomes<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA;

<sup>2</sup> Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

Qualquer interface, para obter um melhor desempenho de uso e preservar o usuário de qualquer custo humano, deve estar adequada às características e limitações das pessoas que a utilizam. Assim o é também com o ambiente construído, seja ele arquitetônico ou urbano. Os estudos da ergonomia do ambiente construído (Bins Ely e Dorneles/2006; Figueiredo Fonseca e Rheingantz/2009; Gouvêa/2013; Alves, Souza e Faria/2014, Villarouco/2002, Ribeiro/2009) mostram que as soluções projetuais existentes nos ambientes arquitetônicos e urbanos irão influenciar de maneira positiva ou negativa na qualidade de vida dos usuários desses ambientes, bem como em seu conforto, bem-estar e segurança.

A apropriação dos ambientes urbanos, em especial os espaços públicos, nem sempre acontece da maneira como planejada. Ela acontece de diferentes maneiras, que vão desde aquela inadequada, considerada marginal, até ao total abandono, onde é evidente a inexistência do interesse de estar e vivenciar esses espaços. Para Santos e Vogel (1985, apud Mendonça/2007), a apropriação inadequada está relacionada à “mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos planejadores”. De acordo com Mendonça (2007), esse tipo de apropriação pode trazer indícios dos desejos e necessidades da população que antecede o “respectivo vínculo ao ambiente urbano”. Assim, Nishikawa (1984, apud Mendonça/2007) ressalta “a importância da realização de projetos urbanísticos, que atuem sobre a estrutura física, permitindo que cidadãos exerçam, sobre o espaço público, suas respectivas apropriações, de forma mais adequada e segura”.

Portanto, acredita-se que a apropriação do espaço urbano não acontece da forma esperada principalmente devido à inadequação desses espaços às necessidades de seus usuários. Assim sendo, como parte da primeira etapa da pesquisa que pretende avaliar a estrutura física dos espaços públicos para analisar a influência da mesma na apropriação desses espaços, foi realizada uma revisão bibliográfica para o entendimento das inadequações estudadas na ergonomia do ambiente construído. Os conceitos estudados foram: acessibilidade (Bins Ely e Dorneles/2006; Merlin e Carneiro/2014; Aguiar/2010), territorialidade (Braga, Morelli e Lages/2004), orientabilidade (Ribeiro/2009; Ribeiro/2004; Bins Ely, Dischinger e Mattos/2002; Bins Ely/2004; Rangel/2016) e apropriação do espaço (Souza e Castro/2017; Mendonça/2007), todos assuntos abordados dentro do contexto do ambiente urbano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ergonomia; Ambiente Construído; Urbano; Apropriação do espaço.

## **DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO PARA COMPOSTAGEM DE LIXO ORGÂNICO DOMÉSTICO**

**MOREIRA, Andria Karoline Sousa<sup>1</sup>**  
**MAREGA, Gabriela Marques<sup>1</sup>**  
**LOPES, Hailton Carlos<sup>2</sup>**  
**ROCHA, Marcus Vinicius da Costa<sup>1</sup>,**  
**GONÇALVES, Sara Lane Souza<sup>3</sup>**  
**ARAÚJO, Wictória de Lima<sup>1</sup>.**

<sup>1</sup>Aluno do curso de Agronomia do Centro Universitário de Goiás – Uni ANHANGUERA.

<sup>2</sup>Aluno do curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário de Goiás – Uni ANHANGUERA.

<sup>3</sup>Professora do Curso de Agronomia do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

O lixo orgânico representa a maior parcela do lixo oriundo de residências, sendo responsável por aproximadamente mais de 50% de todo o material produzido. Este material é responsável pela produção de chorume, um líquido escuro e de mau cheiro que escorre dos resíduos em decomposição, o qual pode ser poluente caso não seja dada destinação correta. Uma das alternativas para a condução deste lixo é a reciclagem doméstica em bairros e condomínios nos quais existam espaço para o manuseio do mesmo. A boa utilização do material citado, na própria residência, pode reduzir os danos ao meio ambiente, reduzir parte dos gastos com o transporte e seleção. Além disso, gerará impactos positivos sobre a saúde, uma vez que diminui a disseminação de vetores de doenças e a concentração de lixo em decomposição. O material produzido poderá, ainda, fornecer adubo ou matéria orgânica, que servirá para utilização em vasos e jardins, favorecendo assim o desenvolvimento das plantas. Neste sentido, este trabalho terá como objetivo fornecer uma alternativa de baixo custo, de fácil aplicação e que proporcione um resultado satisfatório para a reciclagem doméstica do lixo orgânico. Além disso, a alternativa apresentada não permite a disseminação de odores, a proliferação de insetos e não se mostra agressiva em termos estéticos. O trabalho será realizado no Centro Universitário de Goiás – Uni- Anhanguera. A matéria prima a ser utilizada são resíduos orgânicos gerados na cantina da referida faculdade e em residências de alunos e funcionários voluntários. Serão utilizados diferentes resíduos domésticos, porém apenas de origem vegetal como: cascas, folhas e restos de alimentos cozidos. O experimento ficará instalado em uma área de 10 x 10 m. Nesta área serão implantados quatro tratamentos (composteiras 1, 2, 3 e 4) com 4 repetições cada, perfazendo 16 unidades experimentais. O delineamento utilizado será inteiramente ao acaso. Os recipientes utilizados para os tratamentos 2, 3 e 4, serão baldes plásticos com capacidade de 20 litros. Para o tratamento 1 serão construídas leiras de 50 x 50 x 50 cm, de modo que a decomposição do resíduo será realizada de maneira convencional, por meio de compostagem com revolvimento periódico, caracterizando a testemunha. O tratamento 2, será composto por resíduo doméstico puro. No tratamento 3, será utilizado no fundo dos recipientes um preenchimento prévio com 40%, em volume, de serragem e no tratamento 4 esse preenchimento será de 60%, em volume de serragem sobre os quais posteriormente foram adicionados os resíduos domésticos. Para a condução do experimento, todos os recipientes dos tratamentos 2, 3 e 4 serão perfurados até uma altura de 10 cm da base, com diâmetro dos furos em 15 mm. Após a perfuração, os recipientes ficarão enterrados no solo a uma profundidade equivalente a 70% de sua altura. Todos os recipientes permanecerão fechados com tampa, sendo abertos apenas para a adição de material, o qual será acrescentado diariamente, procurando simular uma condição

residencial. A quantidade de resíduo adicionada diariamente buscará a equivalência com a produção de uma família de 4 pessoas estimada em aproximadamente 2,0 kg.

**PALAVRAS-CHAVE:** Composto. Reciclagem. Ambiente.

## DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS E A SAÚDE MENTAL NO TRABALHO

**SILVA, Francisca Alcântara<sup>1</sup>**  
**CARVALHO, Jorge Fonseca**  
**FLEURY, Alessandra Ramos Demito**

<sup>1</sup>Aluna do curso de pedagogia do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. <sup>2</sup>

Aluno do curso de pedagogia do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

O mundo do trabalho vem se configurando como um cenário que oportuniza vivências de prazer e sofrimento ao trabalhador, marcadas pelas características de pressão, aceleração, sobrecarga, precarização e intensificação do trabalho, dentre outras. Essa configuração é resultado de um ambiente pautado pelas ideias neoliberais que priorizam o fator econômico em detrimento do fator humano. O sujeito neste ambiente busca adaptação e minimizar as experiências de fracasso que possam fazê-lo duvidar de sua capacidade profissional. Neste contexto o papel dos gestores, em especial o fenômeno da liderança, ocupa especial posição e merece atenção da nossa sociedade, em especial dos pedagogos empresariais. O desenvolvimento de um perfil de gestão que suporte o trabalhador neste cenário de alta exigência profissional e complexidade poderá moderar os efeitos nocivos deste ambiente na saúde mental do trabalhador. Líderes que possuem conhecimento sobre como as novas exigências do mundo do trabalho impactam na identidade do sujeito poderão contribuir para o desenvolvimento de equipes de trabalho que priorizem fatores que estimulem a produtividade a partir da construção da confiança, da cooperação e da solidariedade, em detrimento da competição, do individualismo e da desconfiança. O presente projeto de pesquisa tem o objetivo de investigar como a pedagogia empresarial pode contribuir no desenvolvimento da liderança como fator que possibilite a prevenção da saúde mental do trabalhador. Parte-se da análise das funções do líder a partir do olhar da clínica psicodinâmica do trabalho, bem como dos fatores que contribuem para o adoecimento no ambiente laboral. Essa abordagem teórica representa uma construção recente, porém inovadora e reconhecidamente relevante no meio acadêmico sobre o tema, oferecendo condições para ampliação da compreensão do fenômeno da liderança e da construção de ambientes de trabalho com foco na promoção da saúde do trabalhador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Prazer e sofrimento no trabalho, pedagogia empresarial, gestão.

# **A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO GOIANIENSE DOS ALUNOS EGRESSOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS – UMA QUESTÃO DE CIDADANIA.**

**TAVARES, Andrea dos Passos Lima**  
**SOUZA, Grazielly, Batista de Souza**  
**FREITAS, Thainá Silva**  
**SILVA, Fernanda Pereira Albuquerque<sup>1</sup>**  
**ABREU, Mayra Regina Saraiva<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Alunas dos cursos de Graduação Tecnológica do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

<sup>2</sup>Professora dos cursos de Graduação Tecnológica do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

Desde a sua implantação no Brasil, os cursos de educação profissional sofreram uma série de transformações tendo em vista as necessidades do mercado de trabalho. Os cursos superiores de tecnologias representaram um destes momentos históricos da educação profissional. Eles foram instituídos no Brasil pela resolução número 03 do CNEP, de dezembro de 2002, e da LDB, Lei 9.394/96 e se propuseram desde então, a formar, em curto espaço de tempo, trabalhadores para que os mesmos pudessem reinserir-se no mercado de trabalho com novas habilidades, já que ele precisava manter-se empregado e o empregador exigia um profissional flexível, atualizado e com competências para atuar no mercado de trabalho global. No Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA a graduação tecnológica acontece desde 1989 e, atualmente, a IES conta com sete cursos em diferentes áreas. Embora tenham sido implantados nas instituições públicas e privadas desde a sua regulamentação em 2003 e de terem essas instituições qualificado trabalhadores para (re) ingressar no mercado de trabalho, não há até o presente momento um estudo capaz de informar em que atividades estes trabalhadores estão sendo aproveitado nas empresas goianienses. Assim, diante disso, este projeto de pesquisa busca identificar as empresas goianienses que admitem trabalhadores egressos dos cursos superiores de tecnologia e, a partir desse levantamento, saber como se dá o aproveitamento desses trabalhadores em suas atividades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Graduação Tecnológica; Inserção no Mercado de Trabalho; Mercado de Trabalho.

# SOJA TRANSGÊNICA E SAÚDE: ESTUDO SOBRE A TOXICIDADE DO HERBICIDA GLIFOSATO, SUA AÇÃO CELULAR E NO MEIO AMBIENTE

MARTINS, Daniel Vieira<sup>1</sup>  
LOPES, Luana Silva<sup>2</sup>  
TAUHATA, Sinji Borges Ferreira<sup>3</sup>  
CASALETTI, Luciana<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Aluno do curso de Farmácia do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. e-mail: [danielnvieiramartins@hotmail.com](mailto:danielnvieiramartins@hotmail.com).

<sup>2</sup>Aluna do curso de Farmácia do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. e-mail: [luanasfarm@gmail.com](mailto:luanasfarm@gmail.com).

<sup>3</sup>Professor da Universidade Federal de Goiás – UFG. e-mail: [stauhata@ufg.br](mailto:stauhata@ufg.br).

<sup>4</sup>Professora do curso de Farmácia do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. e-mail: [lcasalet@yahoo.com.br](mailto:lcasalet@yahoo.com.br)

*O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Em 2017 a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas totalizou 238,6 milhões de toneladas, 29,2% superior à obtida em 2016 (184,7 milhões de toneladas). O grande aumento da produtividade se dá pela incorporação de sementes transgênicas, como é o caso da soja, que chega a taxa de 93,4% da plantação brasileira. A soja transgênica GM<sub>RR</sub>, possui resistência ao herbicida, Glifosato. Este herbicida é uma das moléculas mais utilizadas no Brasil e mundo ocupando o primeiro lugar no *ranking* de produtos químicos mais vendidos em 2014, com mais de 194 toneladas. Em 2015 a Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer concluiu que o Glifosato seria um provável carcinógeno humano, contrariando as avaliações das principais agências reguladoras internacionais. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária através de painéis de discussão, estabeleceu não há consenso sobre a classificação do Glifosato como provável carcinógeno para humanos, o que enseja uma análise mais aprofundada por parte da Agência. Assim, este trabalho tem como objetivos realizar um levantamento de dados sobre o plantio de soja transgênica GM<sub>RR</sub> sobretudo na região Centro-Oeste, com ênfase o estado de Goiás e também fazer uma revisão de literatura sobre a bioquímica da molécula de Glifosato e seus derivados evidenciando sua degradação, biodisponibilidade, acumulação em tecidos vegetais e/ou animais, ação químico-biológica sobre células vegetais, de micro-organismos e animais. Além de executar um levantamento de dados sobre possíveis acidentes e intoxicação por Glifosato no país, sobretudo na região Centro-Oeste, focando o estado de Goiás. Com este trabalho espera-se realizar um efetivo levantamento de dados sobre a produção da soja transgênica combinada com a utilização do Glifosato, estabelecendo a real toxicidade, ou não, desse último no organismo e em populações, sobretudo do Centro-Oeste brasileiro e no Estado de Goiás.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Glifosato. Herbicidas. Toxicidade. Ação Celular. Citotoxicidade.

## A SEGURANÇA BIOLÓGICA DO BINÔMIO SOJA TRANSGÊNICA GM<sub>RR</sub>/GLIFOSATO

ARAÚJO, Gabriela Bandeira<sup>1</sup>  
ALVES, Suellen Daniela Ferraz de Oliveira<sup>2</sup>  
TAUHATA, Sinji Borges Ferreira<sup>3</sup>  
CASALETTI, Luciana<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Aluna do curso de Enfermagem do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. e-mail: [gabriela.bandeira02@gmail.com](mailto:gabriela.bandeira02@gmail.com).

<sup>2</sup>Aluna do curso de Enfermagem do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. e-mail: [suellendanielaferraz@gmail.com](mailto:suellendanielaferraz@gmail.com).

<sup>3</sup>Professor da Universidade Federal de Goiás – UFG. e-mail: [stauhata@ufg.br](mailto:stauhata@ufg.br).

<sup>4</sup>Professora do curso de Enfermagem do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. e-mail: [lcasalet@yahoo.com.br](mailto:lcasalet@yahoo.com.br)

A soja transgênica GM<sub>RR</sub> é uma dos cultivares mais plantadas no Brasil, chegando média 93,4% da produção brasileira. O sucesso dessa cultivar se dá pelo fato de que a mesma é resistente ao Glifosato, um herbicida sistêmico de ação total, facilmente transportável, motivo pelo qual provoca a morte do sistema radicular e de estruturas reprodutivas de plantas perenes, como rizomas, bulbos e tubérculos. Este composto é absorvido basicamente pela região clorofilada das plantas (folhas e tecidos verdes) e transportada, preferencialmente pelo floema, para os tecidos meristemáticos. O Glifosato atua como um potente inibidor da atividade da 5-enolpiruvilshiquimato-3-fosfato sintase (EPSPS), que é uma enzima da via do ácido xiquímico, que por sua vez está relacionada com a síntese de aminoácidos aromáticos como a fenilalanina, tirosina e triptofano. O Glifosato, é uma das moléculas mais utilizadas no Brasil e mundo, ocupando o primeiro lugar no *ranking* de produtos químicos mais vendidos em 2014, com mais de 194 toneladas. Assim a dupla GM<sub>RR</sub>/Glifosato é um sucesso comercial, pois o combate a pragas e ervas daninhas sempre andam lado a lado com a produtividade. Porém ainda não há consenso mundial sobre a segurança biológica dos alimentos transgênicos, o que inclui a soja GM<sub>RR</sub>. No Brasil e em outros países do mundo existe movimentos contra e pró-transgênicos com alegações diversas. Assim, o objetivo desse trabalho é realizar uma extensiva revisão de literatura sobre a biossegurança de cultivares transgênicas, destacando a soja transgênica GM<sub>RR</sub>, resistente ao Glifosato, compilando estudos em seres humanos, animais e outras plantas. Este trabalho, em conjunto com dados sobre estudos da toxicidade do Glifosato, visa estabelecer de forma concreta, a segurança biológica, genética e toxicológica do binômio GM<sub>RR</sub>/Glifosato através da compilação de estudos recentes em diversos países, mas destacando-se o Brasil e a região Centro-Oeste.

**PALAVRAS-CHAVE:** Soja Transgênica GM<sub>RR</sub>. Alimentos Transgênicos. Biossegurança. Glifosato. Toxicidade.

# OS SABERES DA CIDADE: A CONSTRUÇÃO DE UMA GOIÂNIA PLURAL O PAPEL DA CONTABILIDADE PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL E “VIVA”: A GENTRIFICAÇÃO

SOUZA, Jordana Vieira de<sup>1</sup>  
CARDOSO, Ludimila Stival<sup>2</sup>  
ARAUJO, Maria Emilia Carvalho de<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Aluna do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA.

<sup>2</sup>Professora do curso de Direito do Centro Universitário Uni-ANHANGUERA.

<sup>3</sup>Professora do curso de Direito do Centro Universitário Uni-ANHANGUERA.

O fenômeno da Gentrificação, assim conhecido como um processo de enobrecimento de grandes centros urbanos, será discutido no caso específico de Goiânia para identificar em que bairros ou regiões da cidade esse processo aconteceu e quais as circunstâncias motivadoras, além dos grupos sociais inseridos nessa transformação, especialmente os que foram afetados. Este processo pode ser operado por diversos agentes, como os próprios governos estadual e municipal, quando tendências do mercado imobiliário, por exemplo. Aqui vale um adendo: conforme pretendemos discutir e demonstrar no caso específico de Goiânia, tal remodelação dos espaços urbanos compreende a supressão de certos grupos sociais, especialmente por critérios raciais e econômicos, com o intuito de unificar, homogeneizar, os novos habitantes do espaço requalificado, por razões quase sempre econômicas. Dentro do tema geral “Práticas Cidadãs e os Saberes da Cidade: A Construção de uma Goiânia Plural”, orientados pelas Professoras Dra. Ludimila Stival Cardoso e Dra. Maria Emília Carvalho de Araújo Vieira, buscaremos entender como o fenômeno da gentrificação contribui para compreender história e socialmente a reconfiguração dos usos dos espaços urbanos da capital goiana. No contexto das Ciências Contábeis, exploraremos a influência de empresas, como as do mercado imobiliário, no processo de requalificação dos usos do solo de Goiânia, e legislações que dispõem sobre os critérios legais (impedimentos ou incentivos) de instalação de empresas em determinadas regiões da cidade.

**Palavras-Chave:** Goiânia; Gentrificação; Contabilidade; Sustentabilidade



## **PRÁTICAS CIDADÃS E OS SABERES DA CIDADE APLICADO AO CURSO DE DIREITO: A CONSTRUÇÃO DE UMA GOIÂNIA PLURAL**

**LEMES, Ana Clara Fernandes<sup>1</sup>**  
**SILVA, Laís Ferreira da<sup>2</sup>**  
**MIRANDA, Laila<sup>3</sup>**  
**CARDOSO, Ludimila Stival<sup>4</sup>**  
**ARAUJO, Maria Emilia Carvalho de<sup>5</sup>**

<sup>1</sup>Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário de Goiás Uni-Anhanguera.

<sup>2</sup>Aluna do curso de Direito do Centro Universitário de Goiás Uni-Anhanguera.

<sup>3</sup>Aluna do curso de Direito do Centro Universitário de Goiás Uni-Anhanguera.

<sup>4</sup>Professora do curso de Direito do Centro Universitário Uni-ANHANGUERA.

<sup>5</sup>Professora do curso de Direito do Centro Universitário Uni-ANHANGUERA

O projeto de Práticas cidadãs tem como principal objetivo compreender as razões e consequências da forma de uso e ocupação da cidade de Goiânia, elaborando com o esforço comum de alunos selecionados e professores orientadores, intervenções em determinados espaços com a finalidade inseri-los nas lógicas sociais e culturais das populações locais. Adequando assim estes a particularidade da sua população de modo a beneficiar os habitantes na medida de suas necessidades. Direito pode ser definido como a ciência que visa definir, reger e tutelar os direitos e obrigações, solucionado as lides através de diplomas legais. Assim corresponde a “exigência essencial e indeclinável de uma convivência ordenada, pois nenhuma sociedade poderia subsistir sem um mínimo de ordem, de direção e solidariedade” (REALE, 2001, p. 1). A Cidade de Goiânia possui diplomas legais como a Lei Complementar nº 171, 29 de maio de 2007 essa dispõe sobre o Plano Diretor e o processo de planejamento urbano do Município de Goiânia; Lei Complementar nº 177, de 09 de janeiro de 2008 dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Goiânia e dá outras providências; Lei Complementar nº 014, 29 de dezembro de 1992, Institui o Código de Posturas do Município de Goiânia; Lei nº 5.040, de 20 de novembro de 1975, Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Goiânia e; Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia e Lei nº 9.861, de 30 de junho de 2016, Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal.

Contudo Goiânia, possui diversas leis que em tese beneficiam a população e promovem a utilização do espaço. Como juristas nosso trabalho neste projeto é verificar a aplicabilidade dessas funcionando como verdadeiros *Fiscais Legis*, e se necessário recomendar a criação de novas normas. De modo a utilizar conhecimentos jurídicos e valores de direito, moral e equidade de forma a transformar Goiânia em uma cidade acessível para todos.

**Palavras-chave:** Cidade; Goiânia; Direito; Plural

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL:  
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ALUNOS  
DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**NERY, Denise Cristina Martins dos Santos<sup>1</sup>  
SANTOS, Danielly Coelho  
SILVA, Gisele Lamara  
MELO, Matheus Cabral de;  
DAFLON FILHO, Maurício da Silveira<sup>2</sup>  
LIMA, Fausto Henrique Lopes<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Professora do curso de Administração do Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA. e-mail: denise.nery@anhanguera.edu.br.

<sup>2</sup> Alunos do curso de Administração do Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA.

<sup>3</sup> Aluno do Tecnólogo de Processos Gerenciais do Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA.

Podemos perceber que atualmente a sociedade e o mercado têm exigido que as empresas adotem a prática da responsabilidade social em suas ações empresariais. Tendo como consequência a mudança na gestão dos negócios que determinam sua sobrevivência e a manutenção de uma imagem positiva perante seus *stakeholders*. Esta pesquisa terá como objetivo central investigar a compreensão que os alunos do curso de administração têm acerca da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), através da Teoria das Representações Sociais. O estudo será realizado por meio de uma revisão sistemática de literatura em artigos selecionados na Plataforma Portal de Periódicos CAPES/MEC, através de busca avançada em todos os idiomas e itens, utilizando-se os descritores “responsabilidade social *and* organizações” no período de 2007 a 2017. Serão considerados critérios de inclusão: artigos, teses e dissertações, nos quais os conteúdos sejam correlatos a RSC e que estiverem integralmente disponibilizados. Para a coleta de dados será empregado o método chamado Análise de Evocações, onde a representação é acessada por uma questão de evocação, ou seja, uma questão para associação livre ativada por uma expressão indutora, que neste caso será Responsabilidade Social Corporativa. Participarão do estudo os alunos do curso de administração de uma instituição particular de Goiânia que se demonstrarem disponíveis para responder o questionário. Posteriormente os dados serão analisados pelo software EVOC (Ensemble de Programmes Permettant L'analyse des Evocations), permitindo a realização de uma análise de evocação, fornecendo dados para o reconhecimento da estrutura das representações sociais, com seus possíveis elementos centrais e periféricos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Responsabilidade Social, Representações Sociais, Administração

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL E FILANTROPIA EMPRESARIAL: NOMINAÇÕES DIFERENTES PARA UM MESMO CONCEITO?**

**NERY, Denise Cristina Martins dos Santos<sup>1</sup>**  
**SANTOS, Danielly Coelho**  
**SILVA, Gisele Lamara**  
**MELO, Matheus Cabral de**  
**DAFLON FILHO, Maurício da Silveira<sup>2</sup>**  
**LIMA, Fausto Henrique Lopes<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Professora do curso de Administração do Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA. e-mail: denise.nery@anhanguera.edu.br.

<sup>2</sup> Alunos do curso de Administração do Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA.

<sup>3</sup> Aluno do Tecnólogo de Processos Gerenciais do Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA.

A atividade empresarial vive um momento de grande transformação, onde as pessoas sejam elas consumidoras ou não de seus produtos/serviços são cada vez mais exigentes. Fazer parte de um grupo de empresas que são reconhecidas por valorizar o meio ambiente e contribuir para a construção de uma sociedade melhor, torna-se um fator preponderante para manter-se em um ambiente competitivo que enfrentamos nos dias atuais. Este artigo tem como objetivo principal discutir a Responsabilidade Social Empresarial enfatizando suas diferenças com a Filantropia. O estudo será realizado por meio de uma revisão sistemática de literatura em artigos selecionados na Plataforma Portal de Periódicos CAPES/MEC, através de busca avançada em todos os idiomas e itens, utilizando-se os descritores “responsabilidade social *and* filantropia” no período de 2007 a 2017. Serão considerados critérios de inclusão: artigos, teses e dissertações, nos quais os conteúdos sejam correlatos a Responsabilidade Social Empresarial e Filantropia estiverem integralmente disponibilizados. Os resultados possibilitarão diferenciar os conceitos de Responsabilidade Social empresarial e Filantropia no âmbito do mercado e das organizações.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social; Filantropia.

## A CIDADANIA DIGITAL: PRESSUPOSTOS LEGAIS

**OLIVEIRA, Nurayme Ramos**<sup>1</sup>

**CARDOSO, Ludimila Stival**<sup>2</sup>

**<sup>3</sup>ARAUJO, Maria Emilia Carvalho**

<sup>1</sup>Aluna do curso de Direito do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. e-mail: nurayme-ramos@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora do curso de Direito do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

<sup>3</sup> Professora do curso de Direito do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA

Identificar, no Marco Civil da Internet e na Lei de Acesso a Informação, os pressupostos de cidadania definidos nestes dispositivos legais, a partir de revisão de literatura e análise documental. A Constituição Federal de 1988 prevê em seu art. 1º, II a cidadania como fundamento da República Federativa do Brasil, sendo esta compreendida como um *status* e direito fundamental. A cidadania está, na legislação, intrinsecamente relacionada ao princípio da igualdade. A lei 12965/14, que define o Marco Civil da Internet garante o acesso à internet como ferramenta indispensável para o exercício da cidadania e promoção da cultura, além da definição de mecanismos de governança na rede. Em consonância com a lei 12527/11, Lei de Acesso à Informação exige que órgãos públicos assegurem o direito à informação, de tal maneira que obedeça aos princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência). A governança multiparticipativa envolve a implantação de uma democracia digital. A literatura aponta que tal governança demanda exercícios do governo com a iniciativa privada e sociedade civil e acadêmica em cinco graus distintos. Compreende-se a ideia de uma cidadania idealizada, em que a sociedade poderá receber dados e informações livremente, e opinar sobre decisões pertinentes. Logo, trata-se de uma cidadania que não é conquistada, e sim dada por força de dispositivos legais, que regem e organizam as redes em que estamos inseridos direta e indiretamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidadania. Informação. Lei. Sociedade.

## PROGRESSOS E DESAFIOS DA PROBLEMÁTICA MIGRACIONAL NO BRASIL

CAETANO, Luiza Albuquerque<sup>1</sup>  
JÚNIOR, Clodoaldo Moreira Dos Santos <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário de Goiás- Uni-ANHANGUERA.

<sup>2</sup> Professor do Curso de Direito do Centro Universitário de Goiás- Uni-ANHANGUERA.

No último Censo Demográfico em 2010, no Brasil, foram registrados 286.468 imigrantes que viviam no país há no mínimo cinco anos e tinham domicílio fixo, esse número superou 86,7% o do último Censo realizado nos anos 2000 em que foram exarados 143.644 imigrantes nessa mesma situação. Ademais é importante salientar que o Brasil é um país de imigrantes, integrado por pessoas das mais variadas culturas e etnias, pessoas de vários outros países se deslocaram para nosso território, na maioria dos casos fugindo de situações de guerra, fome, perseguição ou apenas em busca de uma vida melhor, o que resultou na nossa sociedade atual. Visto que a questão migratória é uma problemática universal e que os imigrantes por estarem em desvantagem social, recebendo muitas vezes um tratamento discriminatório histórico, representam uma das minorias sociais do nosso Estado, a presente pesquisa tem como objetivo fazer uma explanação sobre a atual situação destes que residem em nosso país: como eles são tratados pelo efetivo ordenamento jurídico, como esses direitos emergentes devem ser inseridos na sociedade de forma a retirar da margem e incluir no meio social os imigrantes, emigrantes, residentes fronteiriços, visitantes e apátridas, se realmente está sendo feito um direito renovado, inclusivo e emancipador. Usando a metodologia de análise da Lei n° 13.445/2017, mostrando as inúmeras inovações, que referida lei trouxe, colocando o Brasil à vanguarda de outros países que deixam explícitos em suas leis o fechamento de suas fronteiras. Comparando essa lei com o Estatuto do Imigrante de 1980, mostrando quais principais mudanças e apontando também o que pode ser melhorado em todo o ordenamento para excluir toda a aversão e violência oculta que nega o direito humano de imigrar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imigrantes. Minorias. Inovações. Direito Humano de Imigrar. Brasil.

## **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER INDÍGENA: A PROBLEMÁTICA DO EFETIVO E ADEQUADO ACESSO À JUSTIÇA**

**MACEDO, Isabella Nascimento<sup>1</sup>  
JÚNIOR, Clodoaldo Moreira dos Santos<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Aluna do curso de Direito do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA, email: isabella\_nm@outlook.com.

<sup>2</sup>Professor do curso de Direito do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

Abordar o tema da violência contra as mulheres indígenas requer o reconhecimento das inúmeras diferenças entre os povos indígenas e as múltiplas formas de discriminação presentes nos diversos contextos que essas mulheres se encontram inseridas. Apesar das diferenciações culturais entre os diversos povos indígenas, a maioria tende a lidar com as mesmas dificuldades históricas, que são marcadas pelo preconceito e opressão baseados em fatores étnicos e culturais. Enquanto mulheres, tendem a sofrer diversas discriminações ampliadas pela particularidade de pertencer ou descender de grupos indígenas. Atualmente, o ordenamento jurídico brasileiro carece de medidas apropriadas para lidar com os diversos problemas enfrentados pelas mulheres indígenas. Apesar de existir dispositivos legais que estipulem aos Estados o dever de oferecer o acesso eficaz e adequado nos casos de violência contra a mulher, como exemplo, a Convenção de Belém do Pará (1994) e a Lei 11340/06 (Lei Maria da Penha), tal acesso à justiça nos casos de violência contra a mulher indígena é ainda precário. Há posicionamentos no sentido de que a insuficiência de medidas voltadas a garantir o acesso à justiça e a diminuição de casos de violência configura responsabilidade estatal para com os casos de violência. Faz-se necessário um posicionamento mais pontual dos Estados visando à proteção dos direitos humanos das mulheres indígenas nos casos de violência baseados em condições étnicas e de gênero. A resposta estatal precisa se adequar à realidade cultural vivenciada pelas diversas mulheres que sofrem em diversos contextos de violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indígenas. Discriminação. Insuficiência Estatal. Direitos Humanos.

# O ENVOLVIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO DA CIDADE DE GOIÂNIA COM A INCLUSÃO DIGITAL DA COMUNIDADE LOCAL

SOUZA, Jean Pierre Silva<sup>1</sup>  
ALVES, Luiz Batista<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Aluno do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. e-mail: jpssgoias@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor do curso de Tecnologia em Gestão de TI do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA.

Compreender a partir de um estudo de caso realizado sobre as Associações dos Moradores de Bairro da cidade de Goiânia, cada qual atendendo uma região específica da cidade, o envolvimento destas representações sociais de contato imediato com a comunidade, com projetos de Inclusão Social que sejam voltados à Inclusão Digital dos moradores presentes nas comunidades atendidas. **Métodos:** Levantamento das Associações de Bairro da cidade de Goiânia, buscando seus dados na Secretária Municipal de Assistência Social de Goiânia, SEMAS, e aplicação de questionário social aos presidentes ou secretários sociais destas Associações de Bairro que estejam ativas socialmente e devidamente registradas e vinculadas junto a SEMAS. Dispor os dados em tabelas e gráficos estatísticos, fazendo o confronto da amostra pesquisada com a população da cidade de Goiânia. **Resultados:** Constatar quantas Associações de Bairro já apresentaram projetos que incluem solicitações de políticas públicas sobre inclusão digital que beneficiem aos moradores representados junto aos representantes do Poder Legislativo no âmbito da cidade de Goiânia. Identificar quantas Associações de Bairro já desenvolveram ou desenvolvem trabalho de inclusão digital com as comunidades que representam. Levantar a origem dos equipamentos que são usados para inclusão digital nas Associações, quanto a Pública ou Privada. Conhecer as TIC's, Tecnologias da Informação e Comunicação, que são abordadas junto às comunidades locais. Descrever o público que é atendido pelas Associações de Bairros, separando-os por faixa etária e sexo. Reproduzir o perfil acadêmico dos instrutores e se os mesmos recebem alguma renumeração financeira para desenvolver seus trabalhos junto às comunidades locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão Social. Inclusão Digital. Associação de Bairro. Políticas públicas. Goiânia Digital.

## DA COBRANÇA INTERNACIONAL DE ALIMENTOS PARA AS CRIANÇAS À LUZ DO DECRETO Nº 9.176/17

**FERNANDES, Thays Duarte<sup>1</sup>;**  
**SANTOS JÚNIOR, Clodoaldo Moreira dos<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Aluna do curso de direito do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA, e-mail:  
[thays.duarte1995@gmail.com](mailto:thays.duarte1995@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor do curso de Direito do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

O presente trabalho irá analisar o Decreto nº 9.176/17, que trata da Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para as Crianças, firmado em Haia, 2007, e promulgado dia 19 de outubro de 2017. O Decreto foi definido com o propósito de sanar litígios de cunho internacionais. É notável o crescente número de conflitos entre famílias, sendo árduas as que envolvem questões relacionadas com o pagamento de pensões alimentícias, logo requerê-lo no exterior é um trabalho ainda mais complexo. Os Estados signatários da presente Convenção observaram a premência de estabelecê-la, com a finalidade de facilitar e trazer celeridade aos pedidos de prestações internacionais de alimentos. Por consequência o novo Decreto, irá também substituir a já existente, Convenção da Organização das Nações Unidas, de 1956. Ao realizar uma análise da nova Convenção é visível o quão a mesma é significativa e o quanto trará benefícios, portanto a pesquisa esclarecerá o que realmente mudou com a substituição da Convenção da Organização das Nações Unidas pela Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para as Crianças e quais as verdadeiras vantagens da mesma. Visto que é assegurado a criança o direito a alimentação, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente. Aos pais ou responsáveis cabem à responsabilidade de proporcionar um padrão de vida adequado a essas crianças, lhes permitindo um desenvolvimento físico, mental, moral e social. E, por último, é dever dos Estados tomar todas as medidas apropriadas, incluindo a conclusão de acordos internacionais, com vista a assegurar alimento para a criança por parte dos pais, em particular quando essas pessoas vivam em Estado diferente daquele em que a criança reside.

**PALAVRA-CHAVE:** Decreto nº 9.176/17. Convenção. Pensão Alimentícia; Crianças.



## **A RESTRIÇÃO SOCIAL SOFRIDA PELA MINORIA RELIGIOSA ISLÂMICA NO BRASIL À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

**QUERMES, Pedro Henrique Costa<sup>1</sup>;  
SANTOS JUNIOR, Clodoaldo Moreira dos<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Aluno do curso de direito do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

<sup>2</sup>Professor do curso de Direito do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

O Brasil, laico desde a proclamação da república, em 1889, ainda traz na sua sociedade raízes verdadeiramente profundas da influência católica em todos os campos sociais. Baseado nesse domínio de credo, os quais trazem reflexos em toda a sociedade, o presente estudo busca demonstrar como a minoria islâmica é afetada e quais consequências diretas e indiretas são suportadas pelos integrantes desse grupo. O artigo em produção visa, ainda, trazer ao conhecimento da comunidade acadêmica e geral, como e quais são as limitações que a crença árabe vem sofrendo desde a sua chegada no Brasil. De cunho histórico e ideológico, essas barreiras vão do acesso não pleno à educação, cultura, e outros direitos básicos, a proibição de realização de certames por estarem usando vestimentas próprias de sua cultura. São atos claros que afrontam os direitos humanos, protegidos internacionalmente e recepcionados pela nossa lei magna atual, que em seu quinto artigo elenca inúmeras garantias e salvaguardas a todos os direitos inerentes ao ser humano. No nosso país, tal crença não é combatida como em alguns países europeus e EUA, ainda assim é vista com certa desconfiança. Seus locais de culto sofrem depredações e os membros são, erroneamente, denominados terroristas. Isto pelos simples fato de estarem adorando seus ritos, mitos e cultos. Recentemente, nossa corte máxima decidiu que o ensino religioso nas escolas públicas poderá ser ministrado com base na orientação religiosa do professor (ADI nº 4439), o que invariavelmente irá beneficiar a religião predominante no nosso país, a católica. Indo adiante, com os dados e conclusões levantadas nessa pesquisa, vamos traçar um paralelo com a situação desse grupo nos países americanos, em especial EUA, e como a ONU enxerga tal situação e o que tem sido feito para diminuir os recorrentes atentados aos direitos humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Restrições sociais. Minoria Islâmica. Crença. Direitos Humanos.

## **RESTRIÇÃO A HOMENS HOMOSSEXUAIS NA DOAÇÃO DE SANGUE À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.**

**GALDINO, Livia de Sousa Alves <sup>1</sup>**  
**COSTA, Iêda Rubens<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário de Goiás Uni-Anhanguera, e-mail: [I-DE-ALVES@hotmail.com](mailto:I-DE-ALVES@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora do Curso de Direito do Centro Universitário de Goiás Uni-Anhanguera.

Há quase trinta anos temos uma Constituição Federal que consagra plenamente a dignidade da pessoa humana, mas na atualidade o que vemos não é a aplicação veemente deste instituto, e sim uma busca incessante da garantia destes direitos em grupos minoritários. Percebe-se a afronta à dignidade da pessoa humana sofrida pelos homens homossexuais, sendo eles restringidos a doarem sangue por terem praticado relações sexuais com outros homens, ou seja, a opção sexual está direcionando a fundamentação da lei e não o princípio da dignidade da pessoa humana. Está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal, a inconstitucionalidade do art. 64 da Portaria n. 158/2016 do Ministério da Saúde e art. 25, inciso XXX, alínea d, da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n. 34/2014 Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em que estão expressamente proibidas as doações de sangue por homens homossexuais que tiveram relações sexuais com outros homens nos últimos 12 (doze) meses, por estarem, nos termos dos precitados dispositivos legais, automaticamente inclusos em grupo de risco e, assim, permanentemente inaptos. O retrocesso na aplicação das garantias fundamentais, conquistadas há décadas, mostra o quanto na contramão a democracia brasileira está desenvolvendo. Uma das garantias mais discutidas, o axioma norteador dos fundamentos da Constituição Federal do Brasil de 1988 e das demais leis infraconstitucionais, é a dignidade da pessoa humana. Outras garantias fundamentais claramente agredidas são: a não discriminação (art. 3º, inc. XV, CF/88) e a inclusão social (art. 3º, inc. III, CF/88). Iremos abordar a não promoção dos direitos fundamentais, em síntese a dignidade da pessoa humana, no contexto minoritário mencionado, em que leis infraconstitucionais estão em desacordo com a lei maior deste país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Restrição; Homens Homossexuais; doação; Sangue.

## **RETROCESSO HISTÓRICO. A NOVA FACE DO TRABALHO ESCRAVO.**

**CAMARGO, Andrêssa de Avelar<sup>1</sup>;  
COSTA, Ieda Rubens<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Aluna do curso de Direito do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA, email: avelarcamargo@outlook.com.

<sup>2</sup>Professora do curso de Direito do Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

O presente trabalho visa uma comparação histórica da escravidão. O trabalho escravo é uma realidade no Brasil. O país está diante de uma versão mais moderna e disfarçada do trabalho obrigatório e forçado; possuímos legislação nacional relacionada ao tema nos artigos 149 do Código Penal; 5º, III da Constituição, entre outros, mas o que de fato não se percebe é que o Brasil só retrocede em relação a valoração do trabalho. A pesquisa científica possui perspectiva quanto aos denominados vulneráveis ou ultra vulneráveis que sequer sabem que estão se submetendo ao trabalho desumano e quando se dão conta estão endividados e vendo o seu direito à uma vida digna e segura sendo retirada de forma sutil e pior, sem nenhum meio probatório de que a liberdade, um direito fundamental amparado pela Constituição Federal está sendo cerceado. Esta pesquisa aborda os principais pontos onde se tem uma deficiência na correta aplicação da lei, dos tratados e convenções relativos aos direitos dos trabalhadores. Para responder os objetivos levantados na pesquisa foram utilizados artigos científicos, casos concretos, jurisprudências e pronunciamentos feitos pela ONU, OIT, dos tratados e convenções relativos aos direitos humanos. A pesquisa revelou que a teoria é linda, estamos rodeados de tratados e convenções internacionais que visam a proteção do trabalhador, como por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), mas na prática só conseguimos enxergar a grande violação desses mesmos direitos, onde uma classe desprovida de conhecimento se vê explorada por outra que se aproveita deste fator para enriquecer ilicitamente.

**PALAVRA S-CHAVE:** Escravidão. Liberdade. Retrocesso. Direitos fundamentais. Violação.

# ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DEFICIENTES E AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI 13.509/2017: A INCLUSÃO E A (IN)EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO

SCHMIDT, Jheniffer Jordane de Oliveira <sup>1</sup>  
COSTA, Iêda Rubens<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário de Goiás Uni-Anhanguera, e-mail: "[jhenifferschmidt@outlook.com](mailto:jhenifferschmidt@outlook.com)"

<sup>2</sup> Professora do Curso de Direito do Centro Universitário de Goiás Uni-Anhanguera.

O presente trabalho faz uma abordagem histórica da luta das crianças e adolescentes deficientes contra o preconceito e as discriminações sociais, que sofrem diante das barreiras para inclusão social, em razão de sua minoridade e de suas necessidades especiais; questão que é agravada quando há a destituição do poder familiar e estas crianças são levadas à adoção. A pesquisa científica enfoca na adoção destas crianças, refletindo sobre o verdadeiro propósito da adoção que é encontrar famílias para os menores abandonados, considerando os cuidados específicos dos menores especiais e os desejos dos adotantes em satisfazer seus interesses pessoais ao adotar uma criança, que impõe um modelo idealizado de filho. O ordenamento jurídico brasileiro, lei nº 12.955/14, estabelece prioridade na adoção de menores com deficiência, adotando medidas positivas em prol deste público. Ante o exposto, são abordadas as medidas afirmativas necessárias para efetivar os direitos constitucionais destes vulneráveis, perante a análise das mudanças trazidas pela lei 13.509/2017. Para atender o objetivo do trabalho foram realizadas revisões bibliográficas de livros, artigos científicos e jurisprudências; ademais, a pesquisa teve como objeto de estudo as convenções internacionais relativas aos direitos das crianças e dos adolescentes, o Estatuto da pessoa com deficiência e o Estatuto da criança e do adolescente.

**PALAVRAS-CHAVE:** lei 13.509/2017. Necessidades especiais. Vulneráveis